

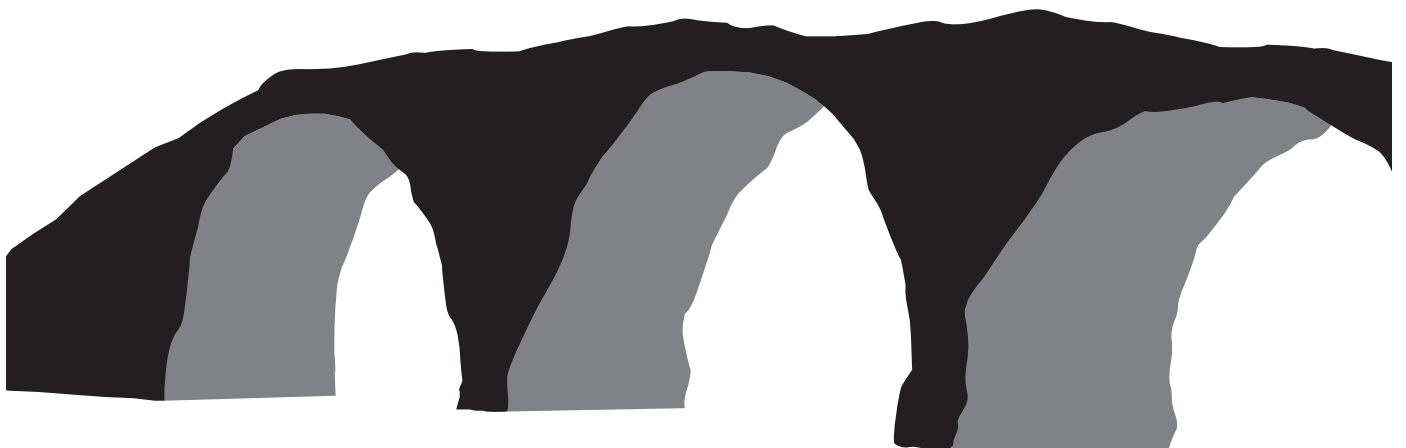
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 4 | Número 2 | Julho – Dezembro 2010

ISSN 1981-5875

CONCEPÇÕES DE AGÊNCIA EM INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Matthew H. Johnson



CONCEPÇÕES DE AGÊNCIA EM INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA¹

Matthew H. Johnson

Publicado originalmente em Journal of Anthropological Archaeology (1989), 8, 189-211, traduzido por Bruno Sanches Ranzani da Silva e Daniela Portella Sampaio. Publicado com autorização do autor.

*Ao subir a escada
Conheci um homem que não estava lá.
Hoje, ele tampouco estava lá.
Eu queria, eu queria que ele ficasse longe.*
Hugh Mearns, “O Psicótico”²

Introdução

Muito da polêmica literatura associada à arqueologia “pós-processual”, “contextual”, ou “estrutural e simbólica” enfatiza significativamente o papel “do indivíduo” como agente social ativo na promoção de mudanças históricas, bem como a inadequação de uma abordagem interpretativa holística que nega, evita e ignora essa agência. Mesmo assim, a contenda deste trabalho é que o problema não fora remediado nos estudos de caso que acompanham tais assuntos polêmicos. O indivíduo tem sido triunfalmente restabelecido ao centro do palco em teoria, mas silenciosamente relegado às laterais, quando não excluído do roteiro por completo, na prática.

Este trabalho tenta traçar as origens e desenvolvimento desta preocupação com o pensamento arqueológico, e busca demonstrar como o indivíduo foi “perdido” por diversos auto-declarados casos “pós-processuais”. Ele deverá seguir, não por novas e frescas formulações teóricas, mas pela reflexão sobre um ponto levantado pelo campo do próprio autor: a interpretação de um episódio particular de mudança e diversificação repentina na cultura material, onde sua combinação com evidência documental pode ser usada para lidar com questões de estrutura e formação social, intencionalidade humana, e assim por diante. Em suma, serão

1 N.T.: Publicado e traduzido com autorização do autor.

2 N.T.: Tradução livre de “As I was going up the stair/I met a man who wasn’t there./He wasn’t there again today./I wish, I wish he’d stay away.”

discutidas as implicações desse estudo para arqueologia histórica e pré-histórica como um todo. A abordagem que segue ao longo do texto é deliberadamente informal, dando preferência à avaliação do aparente funcionamento de um ponto de vista ou opinião na prática, ao invés de investir o tempo em provocações de seus pontos mais delicados.

De princípio, é importante acentuar dois pontos centrais. Primeiro, a categoria de indivíduo ou pessoa não é um conceito simples. Noções do que constitui a individualidade, a “categoria de pessoa”, varia intensamente através do tempo e espaço (Charrithers et al. 1985) e nenhuma definição comum, transcultural pode ser colocada à frente. Não é a proposta deste trabalho explorar este conceito em profundidade, mas fazer notar sua ausência em uma forma específica, de uma maneira ou de outra, em boa parte da literatura. Segundo, confundir a procura por agência humana com a identificação arqueológica de indivíduos é simplista e equivocado. O primeiro é uma preocupação teórica, preencher uma lacuna em nossa compreensão da causa da variabilidade na cultura material: a proposta é justamente que não podemos entender sem fazer referência à agência ativa. O segundo, por outro lado, é uma preocupação prática com aqueles momentos superficialmente emocionantes, presentes especialmente na arqueologia histórica, em que podemos identificar “pessoas reais” e relacioná-los a traços no registro arqueológico. Este trabalho nada tem a ver com o segundo aspecto (para isso, ver Hill e Gunn 1977).

No entanto, ele propõe que numa situação na qual tanto os vestígios materiais quanto o contexto social de um indivíduo podem ser delineados com alguma precisão, através de uma combinação de fontes materiais e escritas, um fascinante estudo empírico sobre agência pode ser conduzido. Em outras palavras, espera-se que o uso de “indivíduos” conhecidos pelos documentos ofereça o meio pelo qual cheguemos ao fim; ou seja, fazer frente à questão teórica do “indivíduo”. Questão esta que não tem sido encarada com clareza na bibliografia pesquisada.

História

Tal como acontece com diversos elementos do pensamento atual, a ênfase em agência pode ser rastreada diretamente às reações contra as principais doutrinas da Nova Arqueologia no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Hodder, principalmente, atacou a natureza holística da interpretação sistêmica, identificando-a, de modo geral, como funcionalista e em particular impermeável à ação social, ao acentuar a interação de variáveis relativas à funcionalidade: “indivíduos não são simples instrumentos em um jogo orquestrado e fica difícil enxergar como subsistemas e papéis possuem ‘metas’ por si mesmos. Explicações adequadas de sistemas sociais e mudança social devem levar em conta avaliações e intenções do indivíduo” (Hodder 1982d: 5).

Duas tendências relacionadas estão por trás desse ataque. Uma é empírica: qualquer forma de explicação social que não tem em conta algum grau de agência humana costuma ser vista notoriamente como inadequada quando aplicada a um evento histórico concreto, por exemplo, como no caso de Punks (Hebdige 1979), o 18 de Brumário (Marx 1977), ou qualquer relato de história política (a objeção feita ao fato de que esses são “eventos superficiais” e que processos a longo-termo podem ser estudados sem referências a esses fatores, objeção esta, que será considerada com mais propriedade em outro momento: ver, por exemplo, Shanks e Tilley 1987b: 122). Em arqueologia, essa insatisfação empírica foi levantada em relação à ênfase em explicações ambientais/adaptativas de fenômenos culturais, uma insatisfação nunca totalmente mascarada pelo aparecimento da corrente da “arqueologia social”. Nas palavras de um membro dessa corrente: “enquanto o comportamento do grupo, de muitas unidades individuais, pode ser efetivamente descrito em termos estatísticos sem referência à unidade singular, ele não pode ser facilmente *explicado* desse modo. Esse é um problema que a arqueologia pré-histórica ainda deve resolver” (Renfrew 1972: 496).

A segunda tendência é mais estrutural, com suas raízes nas Ciências Sociais em geral. A questão estrutura/agência não surge em termos específicos enquanto a teoria social “anglo-saxã” era dominada pelo legado funcionalista de Durkheim e Malinowski: nenhuma integração bem sucedida entre a teoria de ação social Weberiana e Parsoniana e os modelos holísticos (Cohen 1968: 49).

Fica claro que o problema poderia ser meticulosamente rastreado, em termos mais amplos, pelo individualismo metodológico (Bell 1987: 79) até Weber (1947) e além, em Hobbes. Mas isso não é necessário. A mudança brusca na teoria social nos anos 1970 produziu no mínimo uma afirmação coerente de uma teoria “do ator social consciente”; a de Giddens (1979: 49-95), que propôs um enquadramento analítico dentro do qual o ator social saberia muito sobre o modo como operava a sociedade, e seria mais ou menos capaz de reafirmar, manipular ou transformar essas regras de operação em determinada situação social.

Vale a pena notar que, mesmo nessa concepção de ação social manifestadamente não-estruturalista, o ator somente pode conduzir essa estratégia tendo como referência alguma “estrutura” ou *habitus* pré-existente e “externo”, em um dado momento. Mesmo se historicamente essa estrutura ou *habitus* é fluido e em constante mudança. Adiante, daremos continuação às implicações desse ponto. Fica claro, aliás, que Giddens muito deve a Bourdieu (1977) e Weber (1947) nesse estudo.

Um breve reconhecimento da teoria marxista deve aqui ser feita, embora um estudo histórico completo desse aspecto rendesse outro artigo. O próprio Marx certamente não merece as acusações, freqüentemente repetidas, de que seus atores são meros peões nas garras de “vastias forças impessoais”, deixando

claro que “os homens (*sic*) fazem sua própria história, mas... sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (Marx 1977: 300). Ao mesmo tempo, o materialismo histórico se torna, na mão de marxistas mais recentes, particularmente Althusser (a quem retornaremos adiante), um processo inexorável capaz de ser detido apenas por conjunturas históricas específicas. No entanto, elementos do pensamento Marxista, especialmente seu destaque na formação e conflito social, e versões mais sofisticadas de sua teoria da ideologia certamente possuem um papel na reflexão sobre o tema da agência: Shanks e Tilley, por exemplo, sustentam-se na concepção marxista de formação social, tal como explorada por Althusser, quando abordando essa problemática em contextos de práticas de sepultamentos neolíticos (Shanks e Tilley 1982), enquanto Hodder reconhece o uso dos mesmos conceitos em seu modelo “contextual” de interpretação arqueológica (Hodder 1986: 118).

Até o momento, a afirmação mais coerente no pensamento arqueológico é aquela colocada por Shanks e Tilley em seu volume *Re-constructing Archaeology* [Reconstruindo arqueologia] (Shanks e Tilley 1987a: 116-134). Eles argumentam que “indivíduos são competentes e conscientes enquanto que, ao mesmo tempo, suas ações estão situadas em condições inconscientes e possuem conseqüências não intencionais” (Shanks e Tilley 1987a: 116). Ao rejeitar explicações funcionais para a ação social como “notoriamente inadequadas”, eles tentam negar o dualismo geralmente estabelecido entre indivíduo e sociedade, e sujeito e estrutura. Ao contrário, o agente é um sujeito ativo e descentralizado, e suas ações consideradas propositais, determinadas e conscientes (ao menos no nível mais prático de consciência) (Bourdieu 1977). Estrutura, por esse viés, é concebida por “princípios e recursos orientando a conduta social” (Shanks e Tilley 1987a: 130), incluindo o ordenamento cognitivo do mundo, e pode envolver contradições e in-correspondências: está subjacente, visível apenas através de seus efeitos como traduzidos em ação social.

Há diversos problemas nessa reflexão sobre estrutura e agência. Particularmente, resta ainda saber em que medida exatamente Shanks e Tilley transcenderam o “dualismo incapacitante” (Shanks e Tilley 1987a: 120) que eles atacam, e é difícil delinear seu realce sobre o sujeito ativo engajado “na conscientização de um posicionamento teleológico” (em outras palavras, atitude proposital) tendo em vista sua insistência em que toda ação social é determinada por estruturas, encapsulados por uma noção de “estruturação”. Também é possível argumentar, com sua insistência, que o ordenamento cognitivo do mundo pode abraçar contradições. Mesmo assim, o ponto relevante dessa discussão é que Shanks e Tilley elevaram a concepção de agência em arqueologia a um grau sofisticado, e a integraram com noções correspondentes de estrutura, sistema, contradição, e assim por diante.

Exemplos

A prova do pudim, no entanto, está em prová-lo: como, na prática, interpretações pós-processuais da cultura material fazem uso dessas noções? Vou considerar as análises feitas por Shanks e Tilley dos designs das latas de cerveja suecas e britânicas da mesma obra.

Shanks e Tilley usam uma amostra sistemática de latas e garrafas de cerveja da Suécia e Bretanha e aplicam a seu design uma análise quantitativa. Eles demonstram elegantemente que as latas suecas apresentam uma maior complexidade que sua contraparte britânica, tanto no número e estilo das letras usadas quanto das imagens apresentadas. Diferenças similares são averiguadas também em amostra de propagandas de cervejas apresentadas.

Essas diferenças são entendidas nos termos de diferentes resoluções ideológicas da contradição inerente à sociedade capitalista, entre o lucro advindo do desenvolvimento da produção de bebidas alcoólicas e a necessidade de se manter uma mão-de-obra sóbria e disciplinada. Essa contradição é resolvida de diferentes maneiras de acordo com os antecedentes históricos típicos de cada país: na Bretanha, o desenvolvimento precoce do capitalismo urbano e o conseqüente crescimento de estabelecimentos públicos para operários, identificados como locais de lazer e sociabilidade, deu ao consumo de cerveja um lugar na reprodução de uma força de trabalho disciplinada. Na Suécia, ao contrário, a cerveja é, ao mesmo tempo, dificilmente classificada como uma bebida (Shanks e Tilley 1987a: 238) e predominantemente consumida em casa. Ela ficava, então, mais vulnerável ao ataque do movimento de temperança e é problematizada mais rapidamente pelo bem-estar social de hoje. O design das latas e suas propagandas atua como acobertamento para essas tensões e contradições e, como são mais aparentes na Suécia que na Bretanha, suas imagens, glossário e simbolismo são mais elaborados.

Esse argumento é científico e rigoroso, mas é difícil perceber como o agente social ativo se encaixa nele, descentralizado ou não. Em última instância, a variabilidade das latas de cerveja é explicada como funcional ao mascarar diversas contradições dentro dos sistemas de classe britânicos e suecos. Os principais protagonistas retratados são as classes sociais, e as principais forças dinâmicas são as concomitantes sociais e ideológicas da mudança econômica, especialmente nos contrastes particulares entre as trajetórias históricas do capitalismo industrial novecentista na Suécia e Bretanha. Dentro desse cenário explanatório, a ação social vista como resultado tangível nos desenhos e imagens das latas de cerveja, não é mais que a execução de uma estratégia (ou mesmo gramática?) estritamente ditada pela posição de cada classe dentro da configuração social.

De fato, em nenhum lugar vemos uma classe social subordinada atuar de nenhuma maneira como grupo ativo: a casa pública britânica é mencionada como

um lugar onde a consciência da classe trabalhadora se projeta apenas brevemente (Shanks e Tilley 1987a: 190), mas esse ponto interessante não é desenvolvido, apesar de sua relevância como parte das condições antecedentes ao desenho das latas. Tampouco é explorado na reação da classe trabalhadora às restrições do consumo alcoólico no passado ou presente da Suécia, ou mesmo na propaganda de cervejas em ambos países apresentados.

Em outras palavras, os agentes de Shanks e Tilley não são mais que os “dopados culturais” que Giddens critica em Althusser, sendo que o “filé” da explicação reside nos lugares e funções que os agentes ocupam quando agregados em bandos. E mesmo os bandos socialmente ativos são apenas os que estão no topo da escala: leia-se, de maneira implícita, a burguesia sueca e britânica que tenta manter a força de trabalho dentro da disciplina.

Um segundo exemplo, desta vez retirado da arqueologia histórica, é a discussão de Leone sobre os Jardins de Paca em Annapolis, Maryland, onde ele consegue reconstruir o desenho complexo de um jardim Georgiano, propriedade de William Paca, mercador e advogado (Leone 1984: 32). Leone discute a disposição do jardim, relacionando sua organização espacial, escolha de arbustos e demais facetas a uma configuração mais ampla de atitudes e perspectivas sobre o mundo, da mesma forma manifesta na arquitetura Georgiana e outros tipos de cultura material. Essas atitudes e perspectivas são vistas, por sua vez, como ideologia, um conjunto de crenças que mascaram as desigualdades de poder e riqueza na sociedade de Chesapeake ao final do século XVIII, ao mesmo tempo em que constroem sua aparência de realidade na ordem natural das coisas. Essa ideologia, argumenta Leone, é firmada com maior destaque uma vez que a ordem social que sustenta se encontra em crescente tensão.

Complementar esse relato traz uma grande quantidade de informação sobre as circunstâncias pessoais do próprio William Paca. Ao mostrar essas contradições na vida de Paca, proeminente advogado e expoente do pensamento racional, Leone exemplifica as tensões e contradições que ele argumenta sobre a sociedade de Chesapeake como um todo. Paca era uma figura proeminente durante e após a Revolução, defendendo com todo seu poder legal e lógico os princípios humanistas de liberdade e igualdade: no entanto, ele mesmo era dono de cem escravos. Assim, o jardim aparece como seu “acobertamento” pessoal das contradições de sua própria vida.

À primeira vista, esse argumento contém tudo o que há de melhor na arqueologia “pós-processualista”; e de fato continua sendo uma das demonstrações mais elegantes e convincentes da visão marxista de ideologia. Leone deriva explicitamente seu conceito de ideologia da crítica que Shanks e Tilley fazem a Althusser (Leone 1984: 26; Shanks e Tilley 1982: 13-133). Ele falha, no entanto, ao refletir sobre sua principal contribuição: que uma dada ideologia não é uma

entidade monolítica, “enganando” a grande maioria dos oprimidos de maneira direta e fácil (Shanks e Tilley 1982: 131). Em nenhum lugar Leone discute a interpretação que os observadores fazem do jardim, e como suas interpretações diferem em classe, gênero, etnicidade, ou outros interesses – em suma, seus objetivos como agentes sociais ativos.

Em segundo, a vida de Paca é tratada como um exemplo das tendências que o autor está discutindo, ao invés de uma única conjuntura. As circunstâncias particulares de Paca são analisadas como aquelas da classe dominante em menor escala. Sua estratégia particular no desenho do jardim, assim, é vista como nada mais que a execução cega do que todos estão fazendo. Em suma, estamos de volta, mais uma vez, aos “dopados culturais” de Althusser.

Um caso pré-histórico deve ser discutido para complementar esse argumento. Em um estudo do neolítico holandês, Hodder (1982e) diz buscar a trilha de sua afirmação anterior na mesma obra, de que os indivíduos ativos devem ser considerados (Hodder 1982d: 5). Ele associa mudanças na decoração de potes, em especial um aumento em contrastes e oposições, a alterações em machados de batalha e variabilidade nos sepultamentos. As tumbas são vistas como representativas de grupos associados, legitimando direito ao espaço e chefia de linhagens, e agindo de modo a mascarar crescentes tensões entre grupos de idade e gênero. Os sepultamentos também atribuem relevância aos ancestrais em um momento de mudança, com assentamentos de curto-prazo.

É difícil enxergar qualquer espaço para agência nessa interpretação. De fato, em um momento do texto os próprios potes adquirem esse papel: “é menor a preocupação apresentada na cerâmica LBK-Rossen com exclusão simbólica e formação de categorias sociais e fronteiras entre eles” (Hodder 1982e: 175). Como acontece com os demais estudos discutidos anteriormente, não há relato de como os grupos sociais subordinados reagiram à ideologia apresentada, nesse caso pelos sepultamentos e decoração cerâmica. Novamente, a dinâmica de mudança, o entendimento da variabilidade, reside no que Hodder encara como contradições emergentes surgindo da estrutura social e organização de assentamentos como um todo.

A transformação da casa medieval

Ao invés de propor uma nova formulação teórica para um velho problema, eu pretendo explorar o tema de maneira menos formal usando um estudo de caso advindo de meu próprio campo de trabalho. O exemplo que segue é parte de um estudo contextual de casas vernáculas na região ocidental de Suffolk, Inglaterra, A.D. 1400-1674 (figura 12.1.). Para simplificar um pouco nos moldes deste artigo, este período pode ser dividido em três fases, baseado em análise tipológica da distribuição espacial das casas: casas de planos “medievais”, c. 1400-início do

século XVI; a dominação de planos “pós-medievais” típicos depois de c. 1580; e um período “transicional” entre ambos. (Vale notar que esses termos aplicam-se apenas para o contexto do Velho Mundo, não tendo nenhuma relação direta com o uso que Deetz (1977: 39), a exemplo, faz do termo “medieval”.)

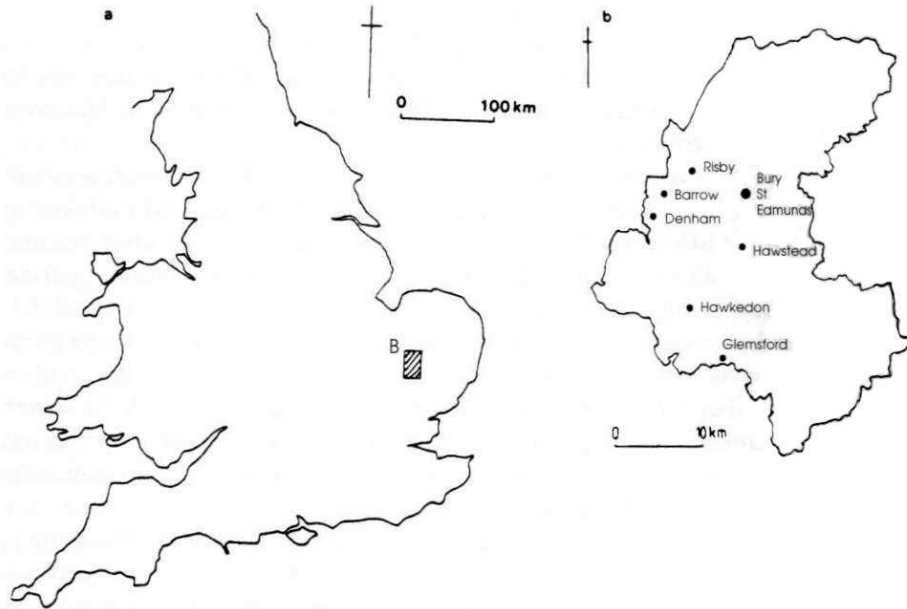


Figura 12.1

Nossa preocupação neste caso é com a fase central, “transicional” da sequência. Ela é notável por duas razões. Quantitativamente, ela marca um pico na construção de casas em Suffolk durante os três séculos; até agora, 85 edifícios foram prospectados, dos quais pelo menos 35 (possivelmente mais) foram construídos ou substancialmente alterados nesses 50 anos. A maior parte das regiões inglesas experimentou uma “Grande Reconstrução” um pouco mais tardiamente, sendo que alguns comentadores marcam seu ápice ao redor de 1580-1630 (Hoskins 1953) ou mesmo mais tardiamente (Machin 1977: Grafico 1; Johnson 1986).

Espacialmente, as casas desse período são ainda mais notáveis. Casas medievais, como veremos, possuem um escopo de subtipos muito limitado, e o mesmo pode ser considerado verdadeiro, a grosso modo, para as casas pós-medievais. No entanto, o período de transição apresenta uma amplitude considerável de combinação de formas novas e antigas, incluindo algumas poucas casas bem conservadoras cujos arranjos mal se podem diferenciar de suas antecessoras medievais, e diversas cuja forma do plano em si mesma seria suficiente para considerá-la inteiramente pós-medieval.

Por que essa repentina explosão de construções? E porque tamanha variedade na adoção e rejeição de formas novas e velhas? Seria um truísmo afirmar que as

formas das casas devem representar, mesmo que não de modo refletivo e direto, as estratégias sociais e ideologias de seus proprietários (Moore (1986) apresentou uma discussão completa sobre a relação entre a organização do espaço, ideologia e realidade social). Vamos começar discutindo o *habitus* que estava previamente disponível aos construtores e proprietários do século XVI: a forma da casa medieval e o sistema de valores a ela associados.

Casas e significados no século XV

A definição tipológica controversa de uma casa medieval, como uma estrutura vernácula ereta, é que esta possui pelo menos um cômodo, invariavelmente o salão ou espaço central de vivência, aberto para o teto (Mercer 1975: 19). A justificativa convencional para essa definição é de que, anterior ao uso da chaminé em construções vernáculas, uma lareira aberta seria usada e, portanto, era necessário espaço para que a fumaça se dispersasse entre as vigas do telhado ou clarabóias nas bordas dos telhados. Em um dos lados, ou mais freqüentemente em ambos os lados desse cômodo central, outros cômodos com tetos dividindo-os em dois andares eram colocados.

Em uma das pontas, um “quarto” ou “parte superior” seriam usados pelo senhor ou senhora da casa, enquanto a outra extremidade seria o “lugar do serviço” ou “parte inferior” da casa, onde se realizariam as funções domésticas e cozinha.

Dentro do próprio salão central, essa divisão entre superior/inferior: mestre/serviço pode ser vista como um microcosmo, e é destacada pelo uso de atributos arquitetônicos fixos e de mobília móvel. A extremidade “superior” do salão próxima ao “quarto” era freqüentemente colocada num estrado suspenso, especialmente em prédios grandes como os colégios de Cambridge e Oxford: em frente, estava a lareira aberta, enquanto que do lado oposto haviam portas simétricas e opostas que levavam ao mundo exterior e à área de serviço (Figura 12.2).

Referências literárias indicam disposições pelas quais esse arranjo do espaço foi usado para reforçar distinção social, especialmente durante as refeições no salão. Langland faz referência à maneira como membros das casas e convidados eram colocados nas partes superiores ou inferiores, ou em direção ao centro ou às laterais do salão, de acordo com seu status e valor (Burrell 1931).

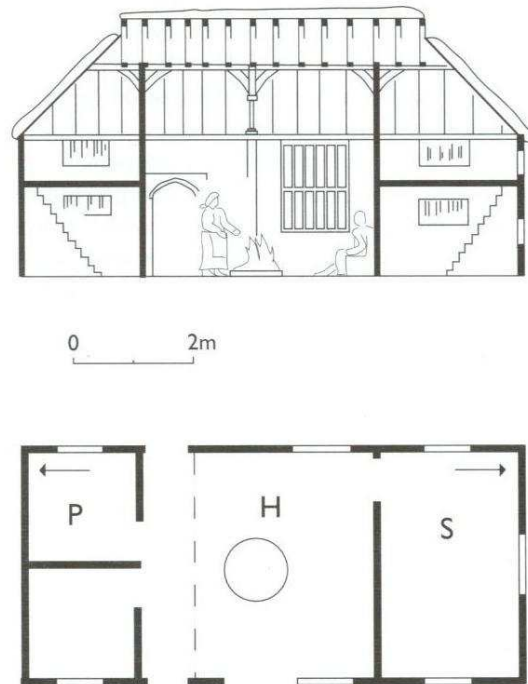


Figura 12.2

Detalhes arquitetônicos confirmam essa imagem: a fachada da separação entre quarto/salão, marcando a parte superior do salão e estando às costas do mestre em seu assento durante as refeições, é frequentemente tratado de maneira bem elaborada, com peças de madeira extravagantemente largas sendo usadas para sustentar as paredes e, não raro, pálios (Mercer 1975: 90). A estrutura do teto é muitas vezes elaborada ao excesso, com um “poste coroado” bastante ornamentado diretamente sobre o centro do salão, sobre a lareira aberta, conformando uma feição central do cômodo. Novamente, em edifícios mais tardios, o extremo superior ou “sobre estrado” é iluminado por uma grande “bay window”, permitindo que a organização interna do salão seja vista de fora (Wood 1965: 112).

A variação dessa norma é relativamente pequena. Alguns edifícios possuem apenas uma extremidade com segundo andar, mas esses são geralmente mais antigos e raros c. 1450. Muitas outras possuem, ao invés de uma forma retangular, uma ala-cruz no quarto, na área de serviço ou ambos extremos, oferecendo espaço extra e, mais uma vez, evidenciando o arranjo da casa pela vista exterior ao viabilizar projeções chamativas de molhes ou frontões. Como era de se esperar, essas alas são encontradas mais nas extremidades “superiores” do que nas “inferiores”, e são mais bem decoradas e mais audaciosamente projetadas nas extremidades “superiores/quartos”. Em todos esses casos, a divisão tripartite com um salão central como o elemento arquitetônico dominante não sofre variações.

Fica claro que a organização do espaço nesses edifícios é relativa à organização da família e demais moradores, e que essa relação vai muito além de sua simples funcionalidade. O papel do mestre como provedor é destacado por sua posição na cabeceira do salão, enquanto a gradação cuidadosa daqueles abaixo é enfatizada por seus lugares relativos durante as refeições, bem como sua posição no extremo “inferior” da habitação. Ao mesmo tempo, a falta de barreiras físicas dentro do salão serve para mascarar as desigualdades entre mestre/servente e relações de gênero atestadas por historiadores sociais (Laslett 1965) ao aparentar um espaço não segregado (e daí a indignação de Langland ao ver mestre e sua senhora falharem em manter esse fragmento ideológico ao comerem no quarto [Burrell 1931: 138]). A metáfora da família se estende para cobrir o todo da residência, uma metáfora vista em Langland, implicada na comensalidade e mais claramente percebida em períodos posteriores (Kussmaul 1981: 8).

Tais edifícios são muito difíceis de serem datados com precisão no século (Mercer 1975: 5): mesmo dendrocronologia pode mostrar-se problemática, já que muitas casas possuem uma alta proporção de madeiras reusadas, prática de difícil detecção. É provável que algumas sejam do início do século XVI; outros escritores tomaram de maneira genérica a etiqueta “medieval” para reconhecer somente estruturas anteriores a 1530 A.D. (Mercer 1975: 21). Mas essa dificuldade em datar pode ser interpretada em nosso benefício. Se planos permanecessem estáveis ao ponto em que pudessem ser identificados por mais de um século, a questão do porquê das mudanças bruscas depois de c. 1530 se torna ainda mais aguda.

Tradição e Transição

As construções transicionais identificadas podem ser encontradas em duas categorias: novas construções e conversão de estruturas medievais anteriores. A última categoria será descrita em breve. Ao tratar das novas construções, muitas casas foram tão fortemente alteradas desde o período de interesse que sua forma original encontra-se inevitavelmente problemática. Isto deixa um total de 19 casas que merecem maiores considerações, das quais apenas algumas serão discutidas.

Seria mais fácil interpretar essas casas tanto no modo normativo quanto no fetichista, considerando cada casa particular como uma oscilação ou um infeliz compromisso entre os ideais ou modelos mentais ‘medieval’ e ‘pós-medieval’, ou vendo suas peculiaridades como um resultado ‘defeituoso’ ou como uma execução ‘imperfeita’ de tal ideal. Pelo contrário, quero considerar estas casas como criações intencionais de seus donos, como conjunturas únicas de seus objetivos como agentes sociais, e das limitações e constrangimentos impostos pelos sistemas sociais, ideológicos e técnicos mais amplos. Primeiramente, eu irei tratar de casas particulares e seus donos antes de relacioná-los com problemas mais gerais.

Langley's Newhouse and Wolfe Hall

Arqueologicamente, Langleys Newhouse, Hawkedon, pode ser datada de meados do século XVI por superfícies tipológicas. Isso pode ser confirmado pela atribuição de Sir John Langley, que era reitor de Hawkedon de 1554 a 1560 (Pleydell-Bouverie 1980: 15). Esta atribuição foi primeiramente mencionada na escritura de 1794³ e pode ser, alternativamente, uma deturpação da descrição topográfica de 'Long-Leys', mas a similaridade na data entre a casa e a presença de Langley em Hawkedon torna isto improvável.

Langleys Newhouse é uma das classes de casas (incluindo Wolfe Hall, Denham Priory e Black Horse Farmhouse) que se localiza em uma não-usual posição isolada. Embora seja um local que impressiona, tida como a casa mais alta em Suffolk e que se encontra no elevar de vistas ambas a oeste, e sobrepondo-se à vila e à igreja de Hawkedon a 1 km ao sul, a casa está em variação com a preferência medieval por locais de abrigo em posições não elevadas, próximas à água; os atuais proprietários me informaram que a casa é exposta, fria e crepita nas ventanias de inverno. Além do mais, poderia-se esperar que o reitor Langley escolhesse um local próxima à igreja e à vila da comunidade, por conveniência. Nós podemos, portanto, inferir que a disposição de sua nova casa era importante para Langley, e que ele não era indevidamente preocupado com a distância de sua vocação ou com a distância espacial de outros membros de sua congregação e comunidade.

Preocupação com a exposição pode ser também visto na orientação e no detalhe da arquitetura exterior da casa. Ela está voltada para o noroeste, em direção à plena força do vento, mas em um ponto de máxima visibilidade da estrada numa trajetória de 30m adiante: os pilares (arranjo aproximado de madeiras parcialmente de propósitos decorativos) são mais próximos à frente a casa do que aos fundos. Finalmente, a chaminé que é uma das mais impressionantes, com um arranjo 'Tudor' de quatro saídas, em que cada uma possui um design diferente, moldado nos tijolos.

A planta do solo e a forma tridimensional da Newhouse de Langley (Figura 12.3) são uma combinação de velhos e novos traços. Ela compreende dois cômodos no térreo, separados por uma chaminé interna com lareiras justapostas⁴. Poderia haver um terceiro cômodo na extremidade inferior do salão, mas, em termos gerais, isso era improvável. As lareiras são elaboradas: no salão, ela é muito grande, enquanto as do quarto e do cômodo sobre este possuem finos tijolos conformados em arcos. As lareiras do salão e do quarto também possuem

3 Presente em Suffolk Record Office, Bury St Edmunds, acesso n° HD.976.

4 N.T. No original, *back-to-back fireplaces*, o que se refere a lareiras "de costas" uma para a outra, construídas sob a mesma parede, com apenas um duto de exaustão, e com faces voltadas para cômodos diferentes e opostos.

frisos com revestimentos coloridos superiores, com padrões e motivos de vinha. Próxima à lareira do salão, encontra-se um forno para assar pão.

Langley escolheu conformar o seu salão com base no padrão ‘medieval’ com saídas opostas na extremidade inferior, mas substituiu a lareira central e a abertura no telhado com teto e vigas. Ele também colocou uma escada próxima às vigas, dando acesso ao andar superior, completo com o ‘degrau-de-marido’, ou seja, um degrau de poucos centímetros a mais que os outros, colocado, segundo à tradição oral de Suffolk, de forma que a esposa, em um ato de adultério no quarto sobre o salão, seria alertada sobre a indevida aparição de seu marido devido ao seu tropeço na escada. O arranjo da extremidade superior da casa, em particular, da sequência de lareiras, da localização e da forma da escada, e da cobertura do salão, são todas formas novas, assim como é a disposição das acomodações superiores; já a extremidade inferior, com sua saída oposta e seu espaço de cozinha no salão ao invés da recente área de serviço, é antiga.

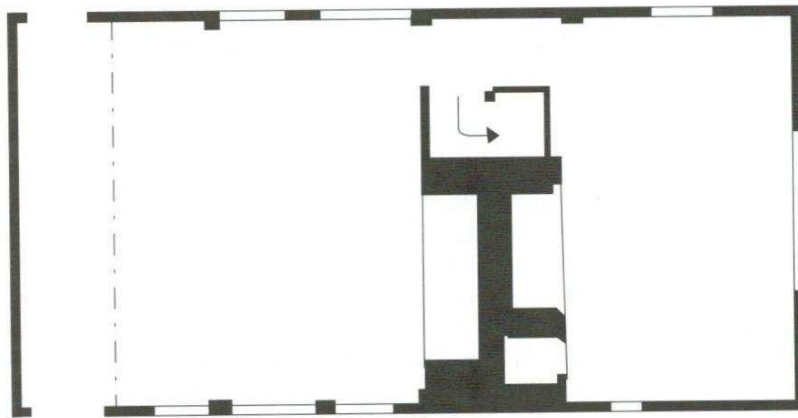


Figura 12.3

Alguns traços parecem evocar valores antigos de ênfase no salão, como a área central de interação social, particularmente durante as refeições, mas usando novos significantes para isso. Por exemplo, o elaborado teto no salão mostra que o cômodo foi continuamente uma área de exposição simbólica, embora o teto fosse usado como o meio de substituir a antiga abertura do telhado. Novamente, a colorida ornamentação em torno das lareiras, e a ampla ocupação das mesmas no salão, reforça a centralidade da área de lareira como a anterior, embora esta lareira é agora disposta numa chaminé de tijolos.

Acima do térreo, está um completo pavimento com, no mínimo, um cômodo aquecido, onde novamente acima encontra-se uma variação de sótãos. A cumeeira em fecho da estrutura do telhado é de um tipo introduzido nesta época, tecnicamente eficiente, mas pouco ornamentada quando comparada ao início do ‘sistema pós-coroa’, portanto claramente não é um objeto para exposição visual.

As novas formas encontradas na casa de Langley não são de grande inovação: a estrutura da chaminé foi usada em arquitetura 'polida' como em castelos, desde a sua origem (Platt 1978), enquanto os tetos eram presentes em casas medievais (veja acima). O uso de empilhações no nível social e o seu rearranjo na sequência de lareiras e de teto que foram inaugurais.

Destes detalhes, nós podemos reconstruir uma imagem hipotética dos objetivos de Langley e da maneira em que ele os buscou através do intermédio da cultura material. Langley escolheu se isolar do centro do vilarejo de Hawkedon, distante do núcleo de sua própria paróquia e da casa principal de Hawkedon Hall (Rotherham 1887: 88), ela mesma uma antiga construção medieval reconstruída em torno de 1500. Ele estava ansioso para exibir e confirmar seu status por meio de uma casa impressiva com ornamentos de chaminé e pilares próximos, em uma época em que conceitos de status, particularmente do clero, estavam sob considerável ameaça (Brigden 1984: 94-96).

O mais significativo foi a sua combinação de traços que evocavam elementos do sistema de valores medieval já abordados, particularmente em torno do salão, e a área de serviço abaixo onde as atividades de outros membros inferiores da criação aconteciam. Isto não é dizer que seus criados necessariamente aceitaram a ideologia explicitamente vista da organização do espaço: eles devem ter tido suas próprias interpretações. Mas isto é difícil de ser explorado devido à falta de documentação direta das classes sociais inferiores ao nível médio, mas há relatos deste período de despeito e falta de cooperação ativa entre criados (Kussmaul 1981: 44-8) e as insignificantes sanções físicas ocasionalmente necessárias e usadas por seus mestres (Stone 1977: 167) mostram que tais classes foram, de longe, cegamente ludibriadas pelos valores da família e da lealdade. Ao mesmo tempo, a natureza da instituição de servir como uma classe de idade, um estágio de transição entre infância e vida adulta, assim como a desigualdade entre criados masculinos e femininos (Kussmaul 1981: 37, 71-93), provavelmente militaram contra a formação de uma perspectiva coerente ou uma minimamente explícita 'alternativa', naquele momento.

Assim como os criados de Langley, as mulheres da casa também podem ter tido interpretações alternativas. Perspectivas distintamente femininas na ordem social da época são atestadas empiricamente, embora estas sejam visíveis somente indiretamente, por meio dos registros dos homens (Roberts 1985: 122-4). Elas são difíceis de ser observadas diretamente, entretanto, na estruturação espacial da moradia, desde que esta estruturação, como discutido acima, relacione primariamente as relações mestre-criado. Assim como a desigualdade entre criados provavelmente militou contra uma perspectiva coerente de status-classe na época, as divisões de classes entre as mulheres provavelmente impediu o desenvolvimento de uma perspectiva feminina coerente.

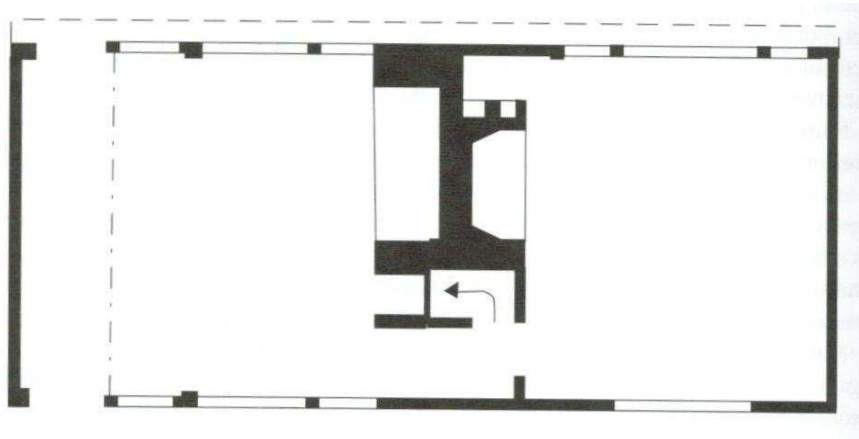


Figura 12.4

Uma notável similaridade pode ser vista entre a localização e a organização espacial da Newhouse de Langley e a casa de Wolfe Hall, na paróquia de Barrow, em torno de 10 milhas ao norte (figura 12.4). Embora conheçamos com pouca certeza o construtor, nós sabemos das anotações do mapa do dízimo de 1594 (reimpresso em Gage 1838: 17) que a casa era então propriedade da família Warner. Os Warner, como moradores, são mencionados nos registros de impostos de Barrow ao longo do século XVI (Hervey 1909: 257, 1910: 340) e é possível supor que alguém da família contruiu a casa. Arqueologicamente, a casa pode ser datada como de meados do século XVI: os detalhes arquitetônicos não são posteriores a 1570, enquanto a estrutura da chaminé incorpora o reuso de trabalhos em pedra, provavelmente da Abadia de Bury St Edmunds, a 6 milhas de distância e dissolvida em 1539.

Da avaliação nos registros de impostos, os Warners parecem ter se deslocado em ascensão. Como os Langley, sua nova casa combinava elementos antigos e novos da planta, e foi estabelecida em um local isolado, mas elevado, a 1 milha ao sul da vila. Há remanescentes do fosso ao norte da casa, provavelmente uma indicação de uma ocupação medieval anterior, e, novamente, a moldura é mais elaborada na fachada da casa localizada de frente para a vila.

Internamente, a planta, com dois novos cômodos, uma sequência de lareiras e escadas próximas à pilha, novamente é combinada com duas saídas opostas à extremidade inferior do salão, com um teto de ostentação no salão e com ênfase na ornamentação das lareiras. Os suportes das lareiras são, como mencionado, feitos de colunas reutilizadas e moldados de forma eclesiástica, o que é uma prática que os religiosos conservadores do período evitavam (Howard 1987). Quando esta evidência encontra-se acoplada ao texto religioso moderado inscrito sobre a lareira, podemos, então, especular que os Warner eram religiosos radicais.

Socialmente, nós podemos observar que os Warner situavam-se cuidadosa-

mente em Barrow como uma paróquia. Sua localização no Wolfe Hall distante da vila pode ser entendida, em geral, como uma metáfora espacial da rejeição aos valores da comunidade de uma vila medieval, mas também, em termos particulares, caso nossa atribuição de radicalismo religioso (e portanto político) esteja correta, como uma rejeição à influência dominante da vila: a influência de Sir Clemment Heigham, cuja grande casa localizava-se no centro de Barrow e que era nacionalmente conhecido como um religioso e um político conservador (Macculloch 1986).

Como uma família de mobilidade ascendente, e, indiscutivelmente, como religiosos radicais, os Warner mostravam grande similaridade com os Langley em termos de interesses e objetivos sociais. Nós podemos ver a solução comum de ambos para as questões envolvendo a construção de uma nova casa para expressar e abordar estes objetivos. Ao mesmo tempo, as variações na abordagem mostram que cada casa é uma conjuntura única ao invés de uma simples exemplificação de tendências em discussão. Então, suas estratégias, embora obviamente similares e relacionadas em sentido, não são idênticas. Os Warner provavelmente escolheram um local de fosso antigo para sua casa, outro meio de invocar aspectos de valores medievais para seus próprios propósitos. O local de Langley já era novo, até onde pode se afirmar sem escavações. Langley escolheu decorar suas lareiras com frisos contendo designs de vinha/lúpulo e medalhões; os Warner escolheram um texto religioso protestante de aperfeiçoamento. Em cada caso, as razões para tais variações podem ser parcialmente recuperadas para condições mais gerais (por exemplo, a reutilização de um local antigo de Wolfe Hall pode ser relacionada com a paisagem pouco usual e com a estrutura senhorial que se estabeleciam em relação à paróquia como um todo), mas a maior parte ainda se deu como escolhas realizadas pelos protagonistas como agentes em busca de suas estratégias particulares.

De volta à estrutura

A discussão sobre as duas casas, até agora e abrindo-se espaço, pode ser estendida a várias direções. Primeiramente, outras variações de plantas do período podem ser discutidas em termos semelhantes, como conjunturas de elementos antigos e novos de uma planta, conjunturas formuladas ao encontro de demandas para estratégias sociais particulares. Várias grandes casas, por exemplo, combinaram um novo teto de salão, localizado de forma impressionantemente alta, com as usuais divisões tripartite em salão, quarto e serviço, além de empilhagens e escadas que se projetam como asas para a retaguarda (veja, por exemplo Hawkedon Hall) (Figura 12.5). Estes apresentam-se como conservadores na planta para a sua época: seus construtores parecem desejar afirmar mais fortemente o arranjo das relações sociais tradicionais medievais, localizando-as na dianteira da estrutura

social da paróquia, enquanto buscavam relativo conforto prático e reduzidos riscos de fogo em um salão livre de fumaça. Igualmente, os arranjos de ‘compromisso’, como saídas de ar, máscaras, onde a fumaça de uma lareira aberta é canalizada para uma estreita área do telhado, ao invés de uma chaminé de tijolos, podem ser discutidas nestes termos.

Em segundo, o fator adicional de complicação com relação ao que um habilidoso artesão poderia de fato construir, e até que ponto suas limitações técnicas e interesses condicionariam o resultado final, necessita ser considerado. Há várias casas, por exemplo, onde a estrutura da chaminé é estranhamente localizada no fim da construção. (Nº 39, Pages Lane, Higham), ou onde todas as pilhas parecem ser enxertadas, a despeito de um teto contínuo e, portanto, sem a provisão de uma lareira aberta (Block Farmhouse, Bradfield Combust e Greyhound Cottage, Egremont Street, Glemsford). Estas parecem estar em um conflito entre a demanda do cliente por uma casa forrada e a inabilidade do artesão ou a sua falta de vontade em construir uma.

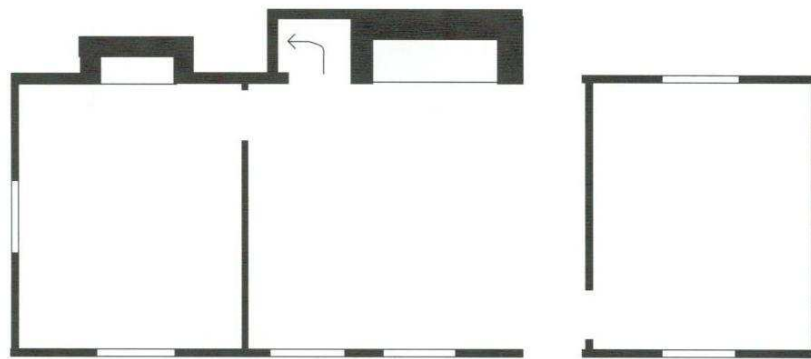


Figura 12.5

Falta de espaço, contudo, torna impossível a discussão completa destes tópicos aqui. O que precisa ser destacado, entretanto, é como esta diversidade de estratégias de meados do século XVI foi aderida a uma nova estrutura de 1580, a saber, as casas grandes de dois ou três núcleos, totalmente forradas e, em Suffolk, usualmente com lareiras justapostas. Isto retém a estrutura medieval de três-núcleos e com algo do sistema de valores, mas com uma ênfase muito maior na privacidade, onde o salão passou a ser um cômodo aquecido, com livre circulação entre ambos os níveis superior e térreo, e, com a falta de uma entrada direta para o salão, uma entrada que desse acesso ao um lobby de acesso ao salão, ao quarto e às escadas (como em Majors Farmhouse, Chedburgh) (figura 12.6).

Esta planta é presente desde os anos de 1540, como em Quays Farmhouse e Risby, por exemplo, mas alcançou uma notável dominação em todas as outras formas paralelas à casa medieval de salão-aberto somente no fim do século

XVI. Este crescimento de uma diversidade inicial pode ser visto em paralelo ao crescimento de mais estabelecimentos de ordens sociais, em particular o muito debatido crescimento de gentis e classes de cavaleiros (Stone 1957). Esta não é uma explanação holista e extrema. Ao contrário, como a sociedade tornou-se estável, os interesses de ambos os sexos e grupos de classes tornaram-se mais claramente articulados e, portanto estratégias sociais individuais. Tornaram-se mais clara e proximamente determinadas pela sociedade como um todo.

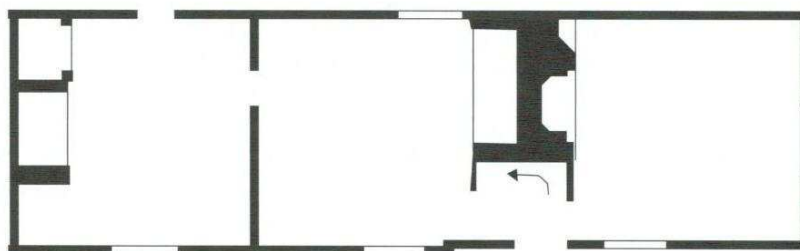


Figura 12.6

O crescimento destas classes, em casas com grande ênfase na privacidade em geral e na segregação de criados em particular, com diferenciações funcionais entre áreas de trabalho e áreas domésticas e com grande estrutura de conforto em termos de arquitetura e bens móveis (Garrard 1982), pode ser observado em conjunção com o crescimento do ‘capitalismo rural’: o rompimento de laços comunais e de restrições da comunidade da vila medieval, a noção de terra como um bem alienável e a prática de cultivo por lucro (Williamson e Bellamy, 1987). Assim, a estruturação de qualidade da organização do espaço na casa de Langley e em outras casas contribuiu em parte para a formação da sociedade moderna e industrial inicial.

Implicações e conclusões

Na primeira parte deste artigo, o individual era visto como ‘o homem que não estava lá’: em uma explicação pós-processual, o agente ativo estava presente em uma variedade de formas teóricas, mas estava ausente na prática. Na segunda parte, eu tentei remediar esta falha por meio de uma breve explanação sobre a agência individual em um estudo de caso. Isto foi feito ao considerar alguns exemplos isolados de construtores individuais, mas somente, é válido reiterar, como um meio para um fim: nós podemos não ter conhecido quem Langley era, meramente por inferir sua posição social e econômica por meio da casa que construiu, ou ter destacado as circunstâncias gerais nas quais os construtores de sua época se encontravam por meio de evidências contextuais.

Em reação aos estudos discutidos no início, eu tentei enfatizar a maneira na

qual estes atores criativamente manipularam estruturas de idéias já existentes, que estas estruturas não são simplesmente redutíveis aos seus locais e funções em grandes mudanças sociais, além de incluir a consideração de que possíveis perspectivas subordinadas façam parte desta ideologia estabelecida. Eu também tentei mostrar como decisões feitas em pequena-escala relacionam-se de volta a um modo ativo de ampliar mudanças sociais e econômicas, ao invés de simplesmente serem instâncias para estas mudanças.

Talvez a conclusão central que pode ser delineada é de que o estudo da agência não pode ser separado do estudo da estrutura: de que a agência é uma manipulação de uma estrutura existente, uma estrutura que é externa ao indivíduo no sentido durkheimiano e que se apresenta ao agente como um construto sincrônico, como algo a ser delineado a partir dele. Assim, ao construtor de meados do século XVI e ao proprietário, as formas antecedentes da casa podem ser vistas de uma maneira muito normativa, como descrito acima. Estas formas e os valores que elas significam podem ser delineadas e manipuladas.

Duas implicações surgem deste ponto: a primeira é de que, quando se busca entender a agência humana, o arqueólogo deve estar preparado para descrever as condições históricas antecedentes, o *habitus* no qual estes atores atuam, em uma maneira sincrônica e normativa, de modo a obter a compreensão destas ações. Paralelos podem ser desenhados aqui com certos temas da história social. Por exemplo, a discussão de Isaac (1982) sobre as mudanças na Virgínia do século XVIII é colocada em oposição ao pano de fundo de uma ‘etnografia’ da área em meados do século XVIII, uma etnografia descrita como um momento sincrônico, estável. É claro que tal descrição é mais um procedimento analítico do que uma descrição da ‘realidade’, dado que o momento é ele mesmo um produto das forças históricas de transformação.

A postura tomada com relação a um período particular dependerá, portanto, de sua posição relativa ao período de interesse. Ao discutir as condições antecedentes de meados do século XVI, eu abordei as casas medievais de um modo muito normativo, não fazendo menção às suas próprias localizações como produtos de ação social, ou à maneira na qual grupos sociais subordinados reagiram ou reinterpretaram a ideologia que eles representavam. Esta foi uma omissão deliberada em razão de propósitos heurísticos. Se meu problema fosse discutir a agência em um contexto de casas medievais, uma postura diferente teria ocorrido: as estratégias sociais buscadas pelas classes médias no tardar medieval do interior teriam sido meu foco de atenção, com o período medieval inicial sendo entendido como o *habitus* predecessor.

Teria sido, então, válido observar o crescimento de construções medievais tardias como um nova expressão da permanência em um nível social vernacular e conectar esta expressão a estratégias sociais adotadas por fazendeiros cavaleiros

e pelo baixo gentio. Estas estratégias seriam interpretadas como a negação de: senhor feudal/vassalo: permanência/impermanência: poder/dependência ligam-se a valores e idéias estabelecidas através da cultura material no período medieval inicial anterior. Estas ligações seriam então descritas e explicadas de forma normativa, assim como as condições históricas antecedentes a este problema particular.

O segundo ponto contrabalança o primeiro: de que tal contorno normativo não é necessariamente repressivo ou prescritivo. Enquanto isto aparenta ser ao agente social um corpo de valores coerente, o contorno deve ser delineado sobre a seletividade, manipulado e até invertido: os construtores do século XVI sentiram-se livres para invocar valores medievais com relação aos seus inferiores na extremidade inferior do salão enquanto modificaram estes valores em outros contextos. Assim, normas devem ser vistas como ‘ferramentas’ para a formulação de estratégias ao invés de serem vistas necessariamente como dispositivos prescritivos (um ponto levantado em mais detalhes por Swidler 1986).

Outra implicação é de que a agência e a estrutura são analiticamente distintas, porém, não obstante, entremeadas: cada uma é produto da outra quando são observadas de diferentes pontos dentro de um fluxo histórico. É difícil, portanto, observar como o estudo de uma possa ser separado do da outra, como, por exemplo, Bailey parece inferir em sua afirmação de que diferentes escalas de tempo devem ser sujeitas a diferentes modos de análise, onde cada uma seria irreduzível a outra – ‘perspectivismo temporal’ (Bailey 1983, 1987: 18). Estruturas de longo-prazo existem na história (Braudel 1958). Este artigo discutiu, contudo, que, para explicitar a persistência das estruturas, alguém deve olhar para as condições de replicação no nível individual e para o dia-a-dia das interações sociais (como feito, por exemplo, por Lane 1987).

Seria talvez um pouco simplista analisar a agência e a estrutura desta forma. Alguma consideração precisa ser dada aos agrupamentos sociais, tais como classes no sentido marxiano ou como gênero ou grupos etários que podem agir em um nível sobre e acima ao individual (as classes de Shanks e Tilley são um bom exemplo), mas ainda operar como entidades ativas numa estrutura social como um todo. Tais agrupamentos ativos não podem substituir o individual no nível conceitual, dado que a questão ainda surge no modo como eles vieram articular interesses individuais e por que atores sociais optam por se filiar a um grupo particular. Ao mesmo tempo, eles claramente interagem com a agência: por exemplo, a provável falta de uma perspectiva coerente das mulheres e dos criados na ideologia de Langley era entendida em termos de divisões dentro destes grupos, não permitindo uma perspectiva alternativa e coerente a ser articulada.

Assim, um inevitável dualismo permanece entre indivíduo e sociedade, embora seja mediado por grupos intervenientes (Heller 1984: 28-40). A forma particular

sobre a qual o dualismo aparecerá na sociedade também variará de acordo com a concepção de pessoa da sociedade (Carrithers *et al*, 1985).

Finalmente, ao nível metodológico, é interessante notar que a busca pela agência parece ser melhor conduzida utilizando estudos de menor escala como representativos de mudanças mais amplas, tanto no sentido temporal quanto espacial. A transformação da arquitetura do século XVI de Suffolk é apenas a parte de uma maior e mais ampla transformação que abrangia toda a cultura ocidental nos últimos seis séculos e até além (Glassie 1975: 193). Novamente, esta técnica é comumente utilizada nas análises históricas (Boyer e Nissenbaum 1974; Le Roy Ladurie 1979; Thompson 1977b são apenas três exemplos).

Eu tentei demonstrar que as questões que surgem da busca pela agência envolvem problemas teóricos mais amplos, em particular, uma questão paralela à estrutura, e de que o pensamento amplificado é preciso antes que estes problemas mais gerais sejam resolvidos. Este pensamento deve incluir maiores considerações sobre o longo-prazo mais próximas das linhas gerais colocadas por Hodder (1987f), um repensar de nossas concepções sobre a estrutura social e o sistema, mas, acima de tudo, mais estudos de casos em áreas onde a informação contextual e a clareza temporal fornecida pela evidência arqueológica sejam detalhadas o suficiente para que nós possamos explicar a variabilidade destes termos, simultaneamente com tempo em profundidade o suficiente para sermos capazes de conectar conclusões substantivas reunidas a estruturas e transformações mais gerais e de longo-prazo. Tais oportunidades surgem mais frequentemente na arqueologia histórica: em tais contextos, a combinação de evidência documental e de cultura material pode finalmente permitir que a figura sombria da escada desça e seja reconhecida.

Agradecimentos

Eu agradeço ao Dr Ian Hodder pelas várias estimulantes discussões neste tópico que muito ajudaram os primeiros rascunhos deste trabalho e também a Andy Black, com quem eu discuti estes tópicos sobre muitos goles.

Bibliografia

- BAILEY, G. N. (1983) Concepts of time in quaternary prehistory, *Annual Review of Anthropology* 12: 165-92.
- BELL, J. (1987) Rationality versus relativism: a review of 'Reading the Past', *Archaeological Review from Cambridge* 6: 75—86.
- BOURDIEU, P. (1977) *Outline of a Theory of Practice* (Cambridge: Cambridge University Press).
- BOYER, P. and NISSENBAUM, S. (1974) *Salem Possessed: The Social Origins of Witchcraft* (Cambridge, MA: Harvard University Press).
- BRAUDEL, F. (1958) Histoire des sciences sociales, la longue duree, *Annales, Economies* 13:725-53.
- BRIGDEN, S. (1984) Youth and the English Reformation, in *Rebellion, Popular Protest and the Social Order in Early Modern England*, edited by P. Slack, (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 77-107.
- BURRELL, A. (trans.) (1931) *Piers Plowman: The Vision of a People's Christ* (New York: Everyman).
- CARRITHERS, M., Collins, S. and Lukes, S. (1985) *The Category of the Person: Anthropology, Philosophy, History* (Cambridge: Cambridge University Press).
- COHEN, P. (1968) *Modern Social Theory* (London: Heinemann).
- DEETZ, J. (1977) *In Small Things Forgotten: The Archaeology of Early American Life* (New York: Anchor Press).
- GAGE, J. (1838) *The History and Antiquities of Suffolk: Thingoe Hundred* (London: Samuel Bentley).
- GARRARD, R. (1982) English probate inventories and their use in studying the significance of the domestic interior, 1570—1640, *Afdeling Agrarische Bijdragen* 28: 55-77.
- GIDDENS, A. (1979) *Central Problems in Social Theory* (London: Macmillan).

GLASSIE, H. (1975) *Folk Housing in Middle Virginia: A Structural Analysis of Historical Artifacts* (Knoxville, TN: University of Tennessee Press).

HEBDIGE, R. (1979) *Subculture: The Meaning of Style* (London: Methuen).

HELLER, A. (1984) *Everyday Life* (London: Routledge and Kegan Paul).

HERVEY, S. H. A. (1909) *Suffolk in 1568: Being the Return for a Subsidy Granted in 1566* (Suffolk Green Books) 12.

HILL, J. N. and GUNN, J. (eds) (1977) *The Individual in Prehistory* (New York: Academic Press).

HODDER, I. (1982d) Theoretical archaeology: a reactionary view, in I. Hodder (ed.) *Symbolic and Structural Archaeology* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 1-16.

HODDER, I. (1982e) Sequences of structural change in the Dutch Neolithic, in I. Hodder (ed.) *Symbolic and Structural Archaeology* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 162-77.

HODDER, I. (1986) *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology* (Cambridge: Cambridge University Press).

HODDER, I. (1987f) The Contribution of the long term, in I. Hodder (ed.) *Archaeology as Long-Term History* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 1-8.

HOSKINS, W. G. (1953) The rebuilding of rural England, 1570-1640, *Past and Present* 4: 44-59.

HOWARD, M. (1987) *The Early Tudor Country House: Architecture and Politics 1490-1550* (London: George Philip).

ISAAC, R. (1982) *The Transformation of Virginia 1740-1790* (Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press).

JOHNSON, M. H. (1986) Assumptions and interpretations in the study of the Great Rebuilding, *Archaeological Review from Cambridge* 5: 141-53.

KUSSMAUL, A. (1981) *Servants in Husbandry in Early Modern England* (Cambridge: Cambridge University Press).

LANE, P. (1987) Recording residues of the past, in I. Hodder (ed.) *Archaeology as Long-Term History* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 54—62.

LASLETT, P. (1965) *The World We Have Lost* (London: Methuen).

LEONE, M. P. (1984) Interpreting ideology in historical archaeology: using rules of perspective in the Will 16 Paca Garden in Annapolis, Maryland, in D. Miller and C. Tilley (eds) *Ideology, Power and Prehistory* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 25-35.

LE ROY LADURIE, E. (1978) *Montaillon: The Promised Land of Error* (New York: Vintage Books).

MACCULLOCH, D. (1986) *Suffolk and the Tudors: Politics and Religion in an English County 1500-1600* (Oxford: Clarendon Press).

MACHIN, R. (1977) The great rebuilding: a reassessment, *Past and Present* 77: 33-56.

MARX, K. (1977) The 18th Brumaire of Louis Bonaparte, in D. McLellan (ed.) *Karl Marx: Selected Writings* (Oxford: Oxford University Press), pp. 30—325.

MERCER, E. 1975 *English Vernacular Houses: a Study of Traditional Farmhouses and Cottages* (London: Her Majesty's Stationery Office).

MOORE, H. L. (1986) *Space, Text and Gender: An Anthropological Study of the Marakwet of Kenya* (Cambridge: Cambridge University Press).

PLATT, C. (1978) *Medieval England: A Social History and Archaeology From the Conquest to A.D. 1600* (London: Routledge and Kegan Paul).

PLEYDELL-BOUVERIE, D. (1980) *The Church of St. Mary Haiokedon* (Hawkedon: Hawkedon Parish Council).

RENFREW, C. (1972) *The Emergence of Civilisation* (London: Methuen).

ROBERTS, M. (1985) Words they are women, and deeds they are men: images of work and gender in Early Modern England, in L. Charles and L. Duffin (eds) *Women and Work in Pre-Industrial England* (London: Croom Helm), pp. 122-80.

ROTHERHAM, W. (1887) *Historical Notices of Hawkedon*. Editor não identificado: cópia em Suffolk Record Office, Bury St. Edmunds.

SHANKS, M. and TILLEY, C. (1982) Ideology, symbolic power, and ritual communication: A reinterpretation of Neolithic mortuary practices, in Ian Hodder (ed.) *Symbolic and structural archaeology* (Cambridge: Cambridge University Press), pp. 129-54.

SHANKS, M. and TILLEY, C. (1987a) *Re-Constructing Archaeology* (Cambridge: Cambridge University Press).

SHANKS, M. and TILLEY, C. (1987b) *Social Theory and Archaeology* (Cambridge, Polity Press).

STONE, L. (1957) *The Crisis of the Aristocracy 1558-1641* (Oxford: Oxford University Press).

STONE, L. (1977) *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800* (Oxford: Oxford University Press).

SWIDLER, A. (1986) Culture in action: symbols and strategies, *American Sociological Review* 51: 273-86.

THOMPSON, E. P. (1977b) *Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act* (Harmondsworth: Penguin,).

WEBER, M. (1947) *The Theory of Social and Economic Organisation* (Part 1 of *Wirtschaft und Gesellschaft*), trans. T. Parsons and A. M. Henderson, ed. T. Parsons (Oxford: Oxford University Press).

WILLIAMSON, T. and Bellamy, L. (1987) *Property and Landscape: A Social History of the English Countryside* (London: George Philip).

WOOD, M. (1965) *The English Medieval House* (London: Batsford).

